

*XVI Congresso da Sociedade Portuguesa
de Ciências da Educação (SPCE)*

Educação e Cidades *Tempos, espaços, atores e culturas*

15, 16 e 17, Setembro, 2022 | Lisboa & Online

LIVRO DE RESUMOS



ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO
DE LISBOA

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

 **POLITÉCNICO
DE LISBOA**

 **fundação
NADIR AFONSO**

XVI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

Educação e Cidades. Tempos, espaços, atores e culturas.

Coordenação:

Carlos Pires

Maria Figueiredo

Maria Fernanda Martins

Organização:

Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

Edição:

eventQualia

Imagens de capa - autoria:

Nadir Afonso

Data da publicação:

Setembro de 2022

ISBN: 978-989-95390-5-1

Palavras chave: Pedagogia, Formação de professores(as), Relações étnico-raciais, Comunidades Quilombolas.

SPCE22-42448

Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas - temáticas e vertentes teóricas com maior visibilidade nas Universidades Públicas Portuguesas.

Cristina C. Vieira - Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação; Universidade do Algarve, Centro de Educação de Adultos e Intervenção Comunitária

Caynnã Santos - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

Mónica Lopes - Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais

Virgínia Ferreira - Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais

A integração dos Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas (EMGF) no ensino superior ocorre de maneira variável em diferentes contextos nacionais, sendo condicionada por amplo leque de fatores, que se estendem de dinâmicas políticas e económicas a particularidades das estruturas educativas de cada país. Em Portugal, os EMGF emergiram como campo de investigação na década de 1980. Um marco importante no seu processo de institucionalização na Academia portuguesa ocorreu em 1995, quando da criação do primeiro programa conferente de grau académico em Estudos sobre as Mulheres. Volvidas quase três décadas desde o surgimento do primeiro programa de estudos (conferente do grau de Mestre) na área, será pertinente analisar criticamente a atual configuração dos EMGF nas universidades portuguesas. Nesta comunicação propomo-nos apresentar os resultados da análise bibliométrica dos currícula dos sete cursos de pós-graduação em EMGF atualmente oferecidos por universidades públicas portuguesas. O nosso objeto específico de análise abrangeu as bibliografias indicadas nas 84 unidades curriculares que compõem os planos de estudos dos três doutoramentos e quatro mestrados atualmente em funcionamento. A partir da sistematização das informações recolhidas, que implicou o desenvolvimento de uma base de metadados das obras e da sua autoria, produzimos uma cartografia baseada na identificação de padrões em temáticas, estilos de autoria, filiação a vertentes teóricas, datas, idiomas e procedência geográfica das publicações, entre outras dimensões. Informadas pelas tendências evidenciadas, propomos algumas reflexões sobre as implicações do estado atual de institucionalização dos EMGF em Portugal.

Bebiano, Adriana; Ramalho, Maria Irene (2010), "Estudos feministas e cidadania plena". Revista Crítica de Ciências Sociais, 89: 5-10. Ferreira, Eduarda (2019), "Women's, gender and feminist studies in Portugal: researchers' resilience vs institutional resistance". Gender, Place & Culture, 26(7-9): 1223-1232. Ferreira, Virgínia (2001), "Estudos sobre as Mulheres: A construção de um novo campo científico". ex æquo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, 5: 9-25. Ferreira, Virgínia. (2019), "Estudos de Género na universidade performativa". Paper presented in XIII Congreso Español de Sociología, Valencia. Macedo, Ana Gabriela; Pereira, Margarida Esteves (2015), "Women and Gender Studies in Portugal, an Overview from an Anglicist Perspective". In Haas, Renate (ed.), Rewriting Academia. The Development of the Anglicist Women's and Gender Studies of Continental Europe. Bern/Oxford: Peter Lang: 27-49. Pereira,

Maria do Mar (2013), "A Institucionalização dos Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas em Portugal no Século XXI: Conquistas, Desafios e Paradoxos". *Faces de Eva: Estudos sobre as Mulheres*, 30: 37 - 53. Vaquinhas, Irene (2019), "História das mulheres e de género em Portugal". *Faces de Eva, Extra*: 37-55. Vieira, Cristina C. (2007), "A presença da dimensão de género nos currícula do ensino superior: factos e reflexões a partir de uma entrevista focalizada de grupo a especialistas portuguesas no domínio". *ex æquo - Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, 16: 167-177.

Palavras chave: Estudos sobre as Mulheres; Currículo do ensino superior; estudo bibliométrico; Portugal

SPCE22-43797

Centros específicos de educación especial en España. Una realidad invariable más allá de la retórica y el debate político y legal.

Raúl Tárraga-Mínguez - Universidad de Valencia

Una de las polémicas recurrentes asociadas a las reformas educativas en España es la del papel de los centros de educación especial y el número de estudiantes que debe escolarizarse en ellos. Las principales leyes que han tratado de reducir el rol que estos centros desempeñan en el sistema educativo español son la Ley de Ordenación General del Sistema Educativo (LOGSE) aprobada en 1990; y la Ley Orgánica de Educación (LOE), aprobada en 2006. Ambas leyes apostaron por reducir el papel de este tipo de centros y el número de estudiantes matriculados en ellos, una apuesta que se ha redoblado en 2020 con la aprobación de la Ley Orgánica de Modificación de la Ley Orgánica de Educación (LOMLOE). El objetivo de esta comunicación es analizar los datos de escolarización ofrecidos por el Ministerio de Educación, para determinar si las reformas educativas han tenido efectos reales en el número de centros de educación especial y en el porcentaje de estudiantes que asiste a estos centros. En el curso 2005/2006 había en España 488 centros específicos de educación especial. Esta cifra ha descendido hasta los 472 centros en el curso 2020/2021. Es decir, se han reducido únicamente en 16 escuelas en 15 años. Desde el curso 1990/1991 hasta el curso 2002/2003 hubo una reducción lenta pero significativa del porcentaje de estudiantes matriculados en centros específicos: desde el 0.505% del total de la población escolar, hasta el 0.395%. Este resultado sugiere que la LOGSE sí tuvo un efecto real en las cifras de escolarización. Sin embargo, desde el curso 2002/2003 hasta el 2020/2021, el porcentaje de estudiantes matriculados en centros específicos volvió a aumentar lenta y progresivamente hasta el 0.470% de la población escolar. Los datos muestran que, en realidad, los efectos reales de las reformas educativas sobre las cifras de escolarización limitados.

Ministerio de Educación. Gobierno de España (1990). Ley de Ordenación General del Sistema Educativo. Ministerio de Educación. Gobierno de España (2006). Ley Orgánica de Educación.- Ministerio de Educación. Gobierno de España (2020). Ley Orgánica de Modificación de la Ley Orgánica de Educación. Ministerio de Educación (web). Estadísticas de la educación. Consultado en: <https://www.educacionyfp.gob.es/servicios-al-ciudadano/estadisticas.html>



Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

Rua João de Deus, 38

4100-456 Porto

NIF: 502 459 280

E-mail: spce.geral@gmail.com

Telefone: +351 22 600 95 25

ISBN: 978-989-95390-5-1